

# Revista

DE IMPRENSA

DESTAQUES - ABRIL 2023

## DRAS



Região Autónoma  
da Madeira  
Governo Regional

Secretaria Regional  
**de Inclusão Social e Cidadania**  
Direção Regional da Cidadania e dos Assuntos Sociais

## ECONOMIA SOCIAL

PÁG.

|  |   |
|--|---|
| “Formação de dirigentes de IPSS chega a 50 entidades”  | 3 |
| “Apoios chegam a 43 Casas do Povo e duas instituições” | 4 |
| “Casas do povo aplaudem adiantamento de verbas”        | 5 |

## DIREITOS DO CONSUMIDOR

|   |   |
|---|---|
| “Famílias pedem ajuda ao Serviço do Consumidor”         | 6 |
| “Inclusão Financeira chega ao Porto Santo”              | 7 |
| “Programa de Inclusão Financeira chegou ao Porto Santo” | 8 |

|                              |              |   |                |   |
|------------------------------|--------------|---|----------------|---|
|                              |              | <b>Tema</b>   |                |   |
| Diário de Notícias - Funchal | x            | <b>Apoio Social</b>                                 |                |   |
| Jornal da Madeira            |              | <b>Título da Notícia</b>                            |                |   |
| Outro                        |              | Formação de dirigentes de IPSS chega a 50 entidades |                |   |
|                              | <b>Data:</b> | 18-04-2023  | <b>Página:</b> | 3 |

● APOIO SOCIAL

# Formação de dirigentes de IPSS chega a 50 entidades

## O SUCESSO DA PRIMEIRA EDIÇÃO DITOU UMA NOVA APOSTA PARA ESTA FORMAÇÃO

ANDREIA CORREIA  
andreiacc@dnnoticias.pt

Começou ontem a segunda edição da formação 'Gestão e Organização para Dirigentes de Instituições Particulares de Solidariedade Social', no Colégio dos Jesuítas, organizada em parceria com a entidade formadora 'ENTRAJUDA - Apoio a Instituições de Solidariedade Social'.

Esta é uma formação que chegará a mais de 50 entidades, explicou a secretária regional de Inclusão Social e Cidadania, Rita Andrade.

Nesta edição, que contará com a participação de entidades de toda a Região, a formação foi dividida por duas turmas e terminará a 5 de Junho.

Rita Andrade referiu que é um programa colocado no terreno a nível nacional e que foi feita uma adaptação para a Região.

"É um curso compacto com professores de renome que vêm ministrar uma formação muito específica, muito dirigida para as IPSS

desta área e há aqui um factor muito interessante: vamos ficar com cerca de 70% de instituições a frequentar o curso".

"Gestão de dinheiros públicos, marketing social, questões de liderança" são alguns dos pontos desta formação, enumerou a secretária regional.

A formação vai permitir preparar as instituições para estes temas. "Ficamos aqui com um leque de instituições com uma preparação e com uma massa crítica", disse Rita Andrade, acrescentando que estas não são áreas tradicionais na área social, mas que "complementam e muito toda a actividade e a área social que cada um desempenha no seu dia-a-dia".

■ Rita Andrade esclareceu que o facto de existirem cada vez mais madeirenses a deixar de receber o Rendimento Social de Inserção (RSI) deve-se à entrada no mercado de trabalho.

A secretária elucidou que a nível do RSI "há muitas pessoas que deixaram de receber" e isto acontece "ou porque estão a trabalhar, ou aumentaram os seus rendimentos que os impedem de ter acesso [a este apoio]", disse.

"Era bom clarificar que os apoios aqui na Madeira, no Porto, em Lis-



A formação teve início ontem e terminará no dia 5 de Junho.

### INDICADORES DA TAXA DE RISCO DE POBREZA DEVERIAM SER "ADAPTADOS E REAJUSTADOS" ÀS REGIÕES

boa e nos Açores, são todos iguais. Sei que a nível de subsídios de desemprego, a nível de RSI, que são mais os apoios dirigidos pela Segurança Social, de facto temos tido indicadores mais positivos que resultam de uma maior absorção no mercado de trabalho e que por via desse facto, perdem esse direito porque estão a trabalhar", explicou. Relativamente à taxa de risco de pobreza na Madeira, a região com a percentagem mais elevada em Portugal, a secretária clarifica que o facto de existirem menos pessoas a

serem apoiadas com o RSI em nada tem a ver com esta taxa. "Estamos a falar de coisas completamente diferentes. O risco de pobreza avalia 13 indicadores que não têm a ver com o RSI nem com este facto". A taxa, aplicada a nível europeu, é então baseada em parâmetros que por vezes não se adaptam à realidade regional, como é o caso do aquecimento eléctrico nas casas. "Os 13 indicadores avaliam, por exemplo, se a pessoa tem ou não aquecimento eléctrico, aqui na Região a maior parte diz que não".

Rita Andrade expressou que estes indicadores deveriam ser "adaptados e reajustados pelo menos às regiões insulares". "Canárias e outras regiões ultraperiféricas e insulares, como a nossa, registam, também elas, valores muito mais elevados em termos de risco de pobreza e isto não acontece por acaso. Acontece porque todas estas regiões se identificam com esta necessidade de termos um conjunto de parâmetros que nos pudessem diferenciar um pouco", concluiu.

|                              |       | Tema   |           |
|------------------------------|-------|--|-----------|
| Diário de Notícias - Funchal |       | Casas do Povo  |           |
| Jornal da Madeira            | x     | Título da Notícia                                    |           |
| Outro                        |       | Apoios chegam a 43 Casas do Povo e duas instituições |           |
|                              | Data: | 01-04-2023   | Página: 6 |

### CONTRATO-PROGRAMA

## Apoios chegam a 43 Casas do Povo e duas instituições

São quarenta e três as Casas do Povo da RAM abrangidas pelo apoio do Governo Regional, numa verba total de 450 mil euros, destinada a apoiar nas várias atividades que realizam no âmbito social. Uma verba que é concedida pela Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania.

Mas, a este apoio, acresce outra verba, de 20 mil euros, para a Associação de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira (ADRAMA) e Associação das Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira (ACAPORAMA). A assinatura de contratos-programa diz respeito ao primeiro adian-

tamento das verbas anuais atribuídas pelo Governo Regional e decorreu ontem no salão nobre do Governo Regional.

Na ocasião, Rita Andrade, secretária regional da Inclusão e Cidadania, referiu ser este o primeiro adiantamento. “Cumprimos este grande objetivo. No fundo, tratam-se de 43 Casas do Povo, todas elas assinam hoje este contrato-programa”, corroborou, adiantando que o segundo adiantamento deverá ser efetivado até, “no máximo, final de julho”. A governante considerou serem apoios fundamentais para estas instituições. RB



Segundo adiantamento deverá ser efetivado até final de julho.

|                                     |   |   |            |                   |
|-------------------------------------|---|---|------------|-------------------|
|                                     |   | <b>Tema</b>                                   |            |                   |
| <b>Diário de Notícias - Funchal</b> |   | <b>Casas do Povo</b>                          |            |                   |
| <b>Jornal da Madeira</b>            | x | <b>Título da Notícia</b>                      |            |                   |
| <b>Outro</b>                        |   | Casas do povo aplaudem adiantamento de verbas |            |                   |
|                                     |   | <b>Data:</b>                                  | 01-04-2023 | <b>Página:</b> 13 |

## Casas do povo aplaudem adiantamento de verbas

### VERBAS FACILITAM ÀS CASAS DO POVO A EXECUÇÃO DO SEU PROGRAMA DE ACTIVIDADES

**ERICA FRANCO**  
efranco@dnoticias.pt

O Governo, através da Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania, assinou, ontem, contratos programa com 43 casas do



Governo Regional celebrou, ontem, os protocolos com estas entidades.

povo e as duas instituições que as representam, a Associação de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira (ADRAMA) e a Associação das Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira (ACAPORAMA).

Os contratos referem-se ao primeiro adiantamento das verbas anuais atribuídas pelo executivo a estas entidades.

A decisão, tomada por Rita Andrade, foi unanimemente elogiada, durante a cerimónia, que decorreu no Salão Nobre do Governo Regional, na tarde de sexta-feira.

Fátima Belo, vice-presidente da ACAPORAMA, e Henrique Silva, presidente da ADRAMA, sublinharam que a repartição das verbas em duas tranches, uma atribuída em Março e outra em Julho, facilita às casas do povo a execução do seu programa de actividades.

Por seu turno, a secretária regional de Inclusão Social e Cidadania, recordou a importância das casas do povo “no apoio à população madeirense”, enaltecendo ainda a sua “dedicação e empenho”.

|                                     |            |   |   |  |
|-------------------------------------|------------|---|---|--|
|                                     |            | <b>Tema</b>                                   |   |  |
| <b>Diário de Notícias - Funchal</b> |            | <b>Direitos do Consumidor</b>                 |   |  |
| <b>Jornal da Madeira</b>            | x          | <b>Título da Notícia</b>                      |   |  |
| <b>Outro</b>                        |            | Famílias pedem ajuda ao Serviço do Consumidor |   |  |
| <b>Data:</b>                        | 17-04-2023 | <b>Página:</b>                                | 5 |  |

## Famílias pedem ajuda ao Serviço do Consumidor

O Serviço do Consumidor na Madeira confirma que está a surgir uma maior preocupação entre as famílias madeirenses. Com efeito, nos primeiros meses deste ano, as abordagens relacionadas com o crédito habitação cresceram 19%, mas a maioria continua a ser de pedidos de informação.

"Entre janeiro e abril de 2022, foram atendidas pela Direção Regional da Cidadania e dos Assuntos Sociais [onde funciona o Serviço do Consumidor] cerca de 90 famílias. Destes atendimentos, 82% foram para pedidos de informação e 18% para pedidos de apoio e de acompanhamento. Já em 2023, em período homólogo, foram atendidas cerca de 112 famílias, 83% com pedidos de informação e 17% com solicitações de apoio e de acompanhamento", informa o serviço.

O Serviço do Consumidor recebeu também 82 pedidos de renegociação de créditos habitação, em 2021. Em 2022, foram 43, o que corresponde a uma redução da ordem dos 48%.

Na renegociação de créditos, "as soluções mais comuns são os acordos de pagamento de dívida, através de planos de pagamento durante determinado período. Em alguns casos, há a possibilidade de

consolidação de créditos. Quando existe alguma disponibilidade financeira da parte do consumidor com dívida, e mediante um pagamento único, "conseguimos um perdão parcial dos juros da ordem dos 40%/50%".

De referir que, na maioria destas renegociações, os consumidores cumprem, pontualmente, os acordos firmados. A taxa de sucesso ronda os 90%. O JM questionou também o Serviço do Consumidor sobre como está a reagir a banca aos pedidos de renegociação de crédito. Na resposta, o serviço informou que, "em geral, os bancos têm cumprido as diretrizes que lhes são impostas por lei".

"As instituições bancárias têm de respeitar um conjunto de regras e procedimentos designados por Plano de Ação para o Risco de Incumprimento e Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de incumprimento em contratos de crédito com clientes bancários particulares", recorda. Nos casos tratados pelo Serviço, acrescenta, "as instituições de crédito colaboraram e demonstraram disponibilidade e flexibilidade, no sentido de encontrar soluções ajustadas às necessidades dos consumidores".



|                              |   | Tema                                     |            |
|------------------------------|---|--|------------|
| Diário de Notícias - Funchal | x | Inclusão Financeira                      |            |
| Jornal da Madeira            |   | Título da Notícia                        |            |
| Outro                        |   | Inclusão Financeira chega ao Porto Santo |            |
|                              |   | Data:                                    | 12-04-2023 |
|                              |   | Página:                                  | 4          |

## ‘Inclusão Financeira’ chega ao Porto Santo

O Auditório Municipal da Câmara Municipal do Porto Santo recebe hoje, pelas 14h30, uma sessão do ‘Programa Regional de Educação e Inclusão Financeira 2023-2025’, promovida pela Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania.

O objectivo deste projecto passa por contribuir para a formação financeira dos consumidores madeirenses e porto-santenses, “proporcionando-lhes ferramentas para responderem de forma correcta a situações do quotidiano que envolvam decisões financeiras”. A iniciativa tem como destinatários a comunidade em geral.

O programa já passou pelo Funchal e por Câmara de Lobos, sendo agora a vez do Porto Santo.

|                              |   | Tema  |            |         |   |
|------------------------------|---|---|------------|---------|---|
| Diário de Notícias - Funchal | x | Inclusão Financeira                                   |            |         |   |
| Jornal da Madeira            |   | Título da Notícia                                     |            |         |   |
| Outro                        |   | Programa de Inclusão Financeira chegou ao Porto Santo |            |         |   |
|                              |   | Data:   | 13-04-2023 | Página: | 4 |

## Programa Regional de Inclusão Financeira chegou ao Porto Santo

A Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania promoveu, ontem, no auditório da Câmara Municipal do Porto Santo, mais uma sessão do Programa Regional de Educação e Inclusão Financeira 2023-2025.

Rita Andrade, que tutela esta área, destacou na sessão que “há uma série de factores que nós hoje em dia não controlamos, como por exemplo a subida da

inflação, e cabe aos governos reagir”. Não obstante, “como pessoas individuais e também como famílias, está nas nossas mãos fazer a diferença”, frisou a secretária regional.

“Temos um Governo para actuar, articular e também agilizar, mas depois há uma série de decisões individuais e familiares que só a nos compete”, reforçou a governante.

Por seu turno, o presidente da câmara e anfitrião do evento, Nuno Batista, disse aos presentes que o “município esteve atento aos aspectos sociais, ajudando sempre que possível as pessoas e estando sempre o mais próximo delas”. O autarca enalteceu ainda, neste âmbito, o apoio da junta de freguesia local.

O Programa Regional de Educação e Inclusão Financeira

2023-2025<sup>1</sup>, promovida pela Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania, tem como objectivo contribuir para a formação financeira dos consumidores madeirenses e porto-santenses, “proporcionando-lhes ferramentas para responderem de forma correcta a situações do quotidiano que envolvam decisões financeiras”. A iniciativa tem como destinatários a comu-

nidade em geral.

O programa - que já passou pelos concelhos do Funchal, Câmara de Lobos e, agora, Porto Santo - irá percorrer os 11 concelhos da Região, conta com a parceria de três supervisores financeiros - Banco de Portugal, Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. **G.M.**